Servidores da Educação convocam ato no MEC nesta sexta, dia de greve geral

Como parte da agenda de mobilização para o Dia Nacional de Greve, os trabalhadores e trabalhadoras estão convocados(as) para um Ato em Defesa da Educação no dia 11 de novembro, às 9h, em frente ao Ministério da Educação (MEC). O ato, organizado pela CUT, Sinpro-DF, Sindsep, Sintfub e SAE, é em defesa da educação pública e dos direitos dos trabalhadores em educação, além da luta contra a retirada de direitos e em defesa do emprego, da Previdência e contra a reforma do ensino médio.
Confira outros pontos que trazem retrocessos à classe trabalhadora:
PEC 55 (ex PEC 241)
Aprovada no último dia 25 de outubro, a PEC 241, que no Senado será PEC 55/2016, prevê o congelamento em investimentos públicos para os próximos 20 anos.
A medida irá interferir diretamente nas verbas destinadas à Saúde e Educação, já que os repasses de verbas serão reajustados apenas de acordo com a inflação.
Durante os governos de Lula e Dilma, o reajuste era feito acima da inflação.

Pré-Sal
A aprovação do PL 4567/2016, altera o papel da Petrobrás na exploração do pré-sal. Além de não ser mais operadora única, também não terá direito ao mínimo de 30% da produção,
conforme previa lei aprovada durante o governo Dilma. Com o argumento de adequar a empresa a suas dívidas e abrir o mercado a novos investidores,
a medida pode trazer estragos gigantescos a toda uma cadeia

produtiva, prejudicar o desenvolvimento tecnológico e ainda fazer do país mero exportador de matéria-prima.

Reforma da Previdência

Uma das medidas anunciadas como prioridade por Temer, a Reforma da Previdência deve aumentar a idade mínima de aposentadoria para 65 anos e igualar a idade entre homens e mulheres
e entre trabalhadores do campo e da cidade. Outra medida que pode prejudicar as aposentadas e aposentados, é que a proposta de
Temer prevê a vinculação dos benefícios da previdência aos reajustes de salários mínimos.

Terceirização

O PL 4330, que foi aprovado na Câmara e tramita no Senado como PLC 30, prevê a terceirização da atividade-fim nas empresas. Se aprovado também pelos senadores,
o projeto autoriza a subcontratação sem limites, precarização do trabalho e pode significar a extinção da CLT.
Além disso, o contratante fica livre de responsabilidades quanto ao não cumprimento de leis trabalhistas.

Corrupção

Quando assumiu, Temer fez questão de discursar contra a corrupção. Porém, desde que assumiu, em maio deste ano, três ministros de seu governo foram afastados por suspeita de envolvimento em corrupção: Romero Jucá (Planejamento), Fabiano Silveira (Transparência, Fiscalização e Controle) e Henrique Alves (Turismo). Além disso, o presidente retirou o caráter de urgência da tramitação do pacote de medidas anticorrupção, que foi elaborado pela equipe de Dilma Rousseff e enviado ao Congresso.
“Não faltam motivos para que nesta sexta-feira (11) a classe trabalhadora se una e cruze os braços diante de tantos ataques aos direitos conquistados pela categoria nas últimas décadas”, argumenta o secretário geral da CUT Brasília, Rodrigo Rodrigues. Não vamos aceitar qualquer tipo de retrocesso aos

nossos direitos e projetos que prejudiquem a classe trabalhadora. Todos ao Ato em Defesa da Educação e ao Dia Nacional de Greve.

Fonte: Sinpro-DF, CUT-DF